



421

Cenários experimentais em pesquisas contábeis: conceitos, aplicabilidade e agenda de pesquisas futuras

Aluno Doutorado/Ph.D. Student Myrna Modolon Lima

FEA/USP, São Paulo, São Paulo, Brazil

Aluno Doutorado/Ph.D. Student Myrna Modolon Lima

Programa de Pós-Graduação/Course

Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade

Resumo/Abstract

O presente trabalho discute o uso de cenários experimentais em pesquisas contábeis, da sua concepção às características do método. Primeiro, discutem-se aspectos fundamentais do emprego do método experimental na figura dos cenários experimentais, como por exemplo, as diferenças entre os cenários e os jogos experimentais e o uso de cenários experimentais em pesquisas com foco econômico ou com foco comportamental/cognitivo. A seguir, avaliam-se pontos de destaque que devem ser observados no desenvolvimento dos cenários experimentais. Por fim, discutem-se possibilidades de pesquisas futuras, empregando-se cenários experimentais, para o desenvolvimento da pesquisa contábil no contexto brasileiro.

Modalidade/Type

Artigo Científico / Scientific Paper

Área Temática/Research Area

Educação e Pesquisa em Contabilidade (EPC) / Accounting Education and Research

CENÁRIOS EXPERIMENTAIS EM PESQUISAS CONTÁBEIS: CONCEITOS, APLICABILIDADE E AGENDA DE PESQUISAS FUTURAS

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo conceituar, exemplificar e propor aos pesquisadores brasileiros o uso de cenários experimentais em pesquisas contábeis. Cenários experimentais ou *vignettes* são comumente utilizados em estudos comportamentais e cognitivos de diversas áreas (Stolte, 2021), como, psicologia (McGlothlin & Killen, 2010), sociologia (Hughes & Huby, 2004), marketing (Wason, Polonsky, & Hyman, 2002), ciências da saúde (S. C. Evans et al., 2015), economia (Ellison & Lusk, 2018), entre outros. Os cenários permitem que a pesquisadora beneficie-se do realismo experimental, em que se unem os benefícios da validade interna, condizente com uso da abordagem experimental, e do teste de teorias por meio de situações mais próximas à realidade (Eckerd, DuHadway, Bendoly, Carter, & Kaufmann, 2021). Ainda, os cenários experimentais também são uma maneira eficiente de balancear a validade interna do experimento com a validade externa das situações exploradas nos cenários (Aguinis & Bradley, 2014). Nesse sentido, assume-se que o uso de cenários possa trazer maiores contribuições a áreas com caráter aplicado, como a pesquisa contábil.

Trabalhos como o de Aguiar (2017) trazem contribuições substanciais ao discutir aspectos centrais do uso de pesquisa experimental na pesquisa contábil. No estudo, o autor introduz conceitos do método experimental, exemplifica possíveis desenhos e a execução da pesquisa. Adicionalmente, o estudo de Suave, Altoé, & Ferreira (2021) explora, especificamente para a pesquisa em educação contábil, o uso de metodologias experimentais como promotoras de melhorias nas práticas de ensino. Os autores fazem um levantamento das pesquisas nacionais e internacionais, trazendo informações acerca do tratamento experimental, objetivo do estudo e resultados. Apesar das contribuições para a pesquisa contábil brasileira no tocante à exposição do método e apontamentos de perspectivas futuras de pesquisas, ambos os trabalhos abordam o emprego de experimentos como um todo, sem distinção entre o uso do jogo experimental ou dos cenários experimentais, por exemplo.

No contexto internacional, trabalhos como de Aguinis & Bradley (2014), Collett & Childs (2011), Eckerd et al. (2021), Finch (1987) e Lonati, Quiroga, Zehnder, & Antonakis, (2018) abordaram o uso do cenário experimental ou *vignette* na pesquisa. Esses trabalhos buscaram apontar conceitos, desenvolver melhores práticas e abordar possíveis problemas do uso de cenários experimentais. Todavia, essas pesquisas possuem um foco mais amplo, em que os autores abordaram o uso dos cenários como método para ciências sociais ou pesquisas organizacionais.

Dessa forma, o presente trabalho busca complementar a lacuna de pesquisa introduzida por esses dois estudos nacionais e pelas pesquisas internacionais, de maneira a aprofundar o conhecimento sobre cenários experimentais, discutir acerca de seus benefícios e possíveis problemas e sugerir possibilidades de pesquisas futuras especificamente para a área contábil.

O trabalho divide-se em 3 seções. A seção 2 conceitua os cenários experimentais, fornece uma breve explicação acerca dos jogos experimentais e aborda o uso dos cenários em pesquisas com foco econômico ou comportamental/cognitivo. A seção 3 traz alguns pontos de destaque importantes para o desenvolvimento de um cenário experimental. Por fim, a seção 4 traz possibilidades de pesquisas futuras utilizando o cenário experimental ou *vignette* como método de pesquisa.

2 CENÁRIOS EXPERIMENTAIS OU VIGNETTES

Cenários experimentais, também conhecidos como *vignettes*, são descrições de situações realísticas, frequentemente hipotéticas, apresentadas aos respondentes para que os mesmos possam inferir acerca de seu comportamento, intenções e atitudes diante das informações expostas (Aguinis & Bradley, 2014; Trevino, 1992; Wason et al., 2002). Dada a sua natureza experimental, os cenários introduzem informações manipuladas e randomizadas, enquanto mantém todos os outros itens do cenário constantes, o que permite a aferição de causalidade entre as variáveis pesquisadas (Shadish, Cook, & Campbell, 2002, p. 52). Não obstante, suas características mais realistas trazem maior generalização de resultados, comparativamente a outros tipos de métodos experimentais como o jogo (Aguinis & Bradley, 2014). Em suma, a utilização de cenários experimentais possibilitam à pesquisadora criar ou reproduzir cenários reais, em situações hipotéticas, aliando o realismo necessário para garantir a credibilidade do estudo e a identificação da respondente com o tema pesquisado.

Em termos práticos, os cenários experimentais devem descrever situações reais, que se assemelhem à situação investigada pela pesquisadora, de forma a garantir que a respondente sinta-se na determinada situação e consiga averiguar qual seria sua atitude diante do possível dilema (Steiner, Atzmüller, & Su, 2017). Ainda, cenários experimentais são comumente utilizados em questões de pesquisa que focuem em processos de julgamento e tomada de decisão, dado que os cenários são hipotéticos e podem ser pensados para que consigam capturar essas questões (Trevino, 1992).

Os cenários experimentais também podem ser pensados como uma forma de simulação, em que “criam-se condições dentro de um experimento que simulam ou duplicam o ambiente natural no qual os comportamentos sendo examinados normalmente ocorreriam” (Gravetter & Forzano, 2012, p. 219). Por exemplo, no caso de pesquisas em contabilidade gerencial, pode-se criar um cenário em que a gerente regional precise tomar uma decisão acerca da alocação de bônus para gerentes de lojas da região para averiguar os efeitos da acurácia da informação (alta versus baixa) e transparência das alocações (alta versus baixa) (Bol, Kramer, & Maas, 2016). Ou, no caso de pesquisas em auditoria, pode-se averiguar o julgamento da auditora em uma avaliação de valor justo do teste de *impairment* do *goodwill* de um cliente, na qual manipula-se a sua motivação (intrínseca versus extrínseca versus controle) (Kadous & Zhou, 2019).

Os cenários criados não servem para que se avaliem o comportamento da respondente para aquele único cenário, mas para que, diante do ambiente simulado, consiga-se averiguar o comportamento da respondente em um cenário semelhante (Gravetter & Forzano, 2012). Voltando aos exemplos mencionados, uma auditora precisa tomar decisões acerca de estimativas complexas e o teste de *impairment* é uma representação fidedigna de uma dessas decisões. Assim como uma gerente precisa tomar decisões acerca da avaliação de desempenho, utilizando tanto medidas financeiras quanto não-financeiras, o que torna o cenário comparável ao da realidade.

As simulações emuladas nos cenários diferenciam-se entre: realismo mundano e realismo experimental. O realismo mundano caracteriza-se como a caracterização dos eventos experimentais tais quais eventos que ocorreriam em situações da realidade da participante, já o realismo experimental consiste na criação de uma situação que a participante considere séria o suficiente para causar impacto (Aronson et al, 1995, p.482, apud Liyanarachchi, 2007). Ou seja, no realismo mundano, introduzem-se elementos da vida real, ou, que emulam a vida real, já no realismo experimental introduzem-se elementos que consigam capturar a atenção do indivíduo para um determinado tópico, mas que não ofereçam detalhes que emulem a realidade.

Existem uma série de discussões na literatura acerca do realismo mundano e experimental. Alguns pesquisadores afirmam que se deve procurar mitigar as possibilidades de realismo mundano, focando-se primordialmente no realismo experimental, visto que o primeiro pode interferir na qualidade da inferência ao adicionar distrações e contextos que seriam ignorados em situações da vida real (Gravetter & Forzano, 2012; Kadous & Zhou, 2016). Por

exemplo, o acréscimo de contextos extremamente detalhados, que possam confundir a respondente e saturá-la com a quantidade de informações, não são recomendáveis pois apenas criam um cenário irreal, devendo-se focar em aspectos que sejam relevantes para o entendimento da situação proposta (Kadous & Zhou, 2016).

Em contrapartida, outros pesquisadores abordam uma necessidade de equilíbrio entre o realismo mundano e o realismo experimental, ou de que a pesquisadora deve avaliar qual a sua necessidade do acréscimo de detalhes específicos para o desenvolvimento de sua teoria (Haynes & Kachelmeier, 1998). Por fim, entende-se que o objetivo dos cenários experimentais é que a respondente sinta-se, psicologicamente, dentro da situação exposta, de forma a emular o tipo de comportamento, atitude ou intenção que experimentaria nessa situação ou em situações similares (Gravetter & Forzano, 2012). Dessa forma, entende-se que a pesquisadora deve fazer uma avaliação acerca dos benefícios e malefícios da inclusão de elementos contextuais ao cenário, focando-se, majoritariamente, no tipo de pesquisa realizada (Haynes & Kachelmeier, 1998; Kadous & Zhou, 2016).

2.1 Uma breve explicação sobre os jogos experimentais

Os jogos experimentais se desenvolvem a partir da Teoria dos Jogos (também chamada de teoria matemática dos jogos ou teoria matemática dos “jogos de estratégia”) e foram encabeçados por Von Neumann e Morgenstern (1944) e Nash (1950, 1951) - o qual deu origem ao conceito do Equilíbrio de Nash (Onderstal, 2014, p. 60). Originalmente, a teoria divide-se em jogos cooperativos, em que as jogadoras se beneficiam por meio de coalizões e jogos não-cooperativos, em que as jogadoras utilizam estratégias de caráter individual (Roth & Wilson, 2019). A premissa basilar dos vários modelos da Teoria dos Jogos é a da Teoria da Escolha Racional, que prevê que “toda tomadora de decisão escolhe a melhor ação de acordo com suas preferências, diante de todas as ações disponíveis para ela” (Osborne, 2000, p. 4). A Teoria dos jogos busca resolver problemas econômicos que extrapolam a teoria econômica, mais especificamente, foca-se no entendimento do comportamento econômico e “na tentativa de encontrar uma descrição exata do empenho do indivíduo em obter o máximo de utilidade ou, no caso do empreendedor, o máximo de lucro” (Von Neumann & Morgenstern, 2004, p.34).

Nesse sentido, os jogos cooperativos criam cenários em que os jogadores (ou agentes) devem cooperar com outros jogadores e em que exista a possibilidade de estabelecimento de contratos entre os participantes sobre como se comportar no jogo, criando-se estratégias coletivas (Barron, 2013, p. 288; Camerer, 1997). Em termos de estratégia, os jogadores se beneficiam mais – tem o maior pagamento ou benefício individual - quando criam coalizões com outros jogadores (Barron, 2013, p. 288). Nesse contexto, a jogadora pode agir de forma egoísta, sem formar coalizões, todavia, isso resultará em um pagamento ou benefício individual menor do que na situação de coalizão (Barron, 2013, p. 289). Assim, entende-se que o comportamento racional da jogadora nos jogos cooperativos é participar da coalizão, para que ela (e os outros jogadores, por consequência) tenham o maior pagamento ou benefício.

Já os jogos não-cooperativos baseiam-se em jogos de estratégias individuais, ou seja, que a otimização independente da jogadora é dada por uma premissa de racionalidade de outros participantes do jogo (Roth & Wilson, 2019). Nos jogos não-cooperativos, a melhor resposta para o jogo é que a jogadora busque a sua melhor ação individual diante da ação dos outros jogadores, dessa forma, o Equilíbrio de Nash infere que todos os jogadores escolham simultaneamente a melhor resposta e que nenhum dos jogadores possua nenhuma razão para escolher outra estratégia (Onderstal, 2014, p. 55).

Um exemplo clássico de jogo experimental é o Dilema do Prisioneiro formalizado por Tucker (1983), em que dois prisioneiros são colocados em confinamento, sem qualquer possibilidade de comunicação. O jogo também é clássico por sua possibilidade de definição:

pode ser um jogo não-cooperativo ou cooperativo, dependendo da estratégia das duas jogadoras (Camerer, 1997). Os policiais não possuem evidências suficientes para condená-los pelo crime principal, mas possuem evidências para condená-los por crimes menores. Diante da situação, o policial oferece as seguintes possibilidades aos prisioneiros: (i) se ambos os prisioneiros delatarem o outro colega, cada um será preso pelo crime principal, (ii) se somente um delatar o colega, esse receberá uma redução de pena e o pagará a pena pelo crime principal, ou (iii) se ambos ficarem em silêncio e não delatarem o colega, serão somente condenados pelos crimes menores, com uma pena menor.

No jogo, a melhor estratégia (Equilíbrio de Nash) individual se estabelece na ação da jogadora de delatar, visto que a jogadora que escolher manter-se em silêncio corre o risco de outra jogadora delatá-lo, assim qualquer outra combinação de ações dos jogadores resultaria em menores ganhos do que a opção de delatar (Onderstal, 2014, p.55). Essa ação é típica de um jogo não-cooperativo, em que cada jogadora age conforme sua maximização de resultado individual. Entretanto, se cada uma das jogadoras executar a mesma lógica, ambas terão resultados piores, nesse sentido, o conceito de equilíbrio da igualdade assume que ambas irão cooperar para que tenham melhores resultados, evitando a prisão da colega e a própria. A literatura mostra que a coordenação para manter-se em silêncio é uma ação comum de ambas as jogadoras, transformando o Dilema em um jogo de coordenação (Camerer, 1997).

Podemos extrapolar o Dilema do Prisioneiro para uma situação mais “prática”, em que um projeto deve ser realizado por duas pessoas, você e sua colega, e que o melhor resultado é quando ambas trabalham no projeto com o mesmo empenho (Osborne, 2000, p. 14). Todavia, individualmente, o resultado em que você não trabalha com empenho e aproveita o empenho de sua colega (*free-riding*) é mais interessante dado o fato do esforço extra não ser útil para você. Então, apesar de você entender que o resultado quando ambas trabalham é melhor do que o resultado quando ninguém trabalha, você ainda está em uma situação mais favorável ao não trabalhar.

O mesmo fenômeno de *free-riding* é também comum ao jogo dos bens públicos, que explora a contribuição do indivíduo para uma situação de bens comuns. No jogo, cada jogadora recebe um valor com o qual pode contribuir individualmente para um pool de recursos comum que, ao final, é dividido entre todos os jogadores ou não contribuir e manter seu dinheiro. Uma jogadora egoísta¹, ou que busca maximizar seus próprios resultados e que, conseqüentemente, pratica *free-riding*, irá manter o próprio valor e também receber sua parte na divisão (Camerer & Ho, 2015).

Referente à pesquisa contábil, podemos pensar nos jogos experimentais como um modelo teórico de comportamento e lógica individual. Essa lógica, figurada tanto no Dilema do Prisioneiro, quanto no projeto conjunto, serve para que pesquisadores consigam pensar em melhores práticas de controle gerencial para projetos interdependentes, por exemplo. No estudo de Rowe (2004), a pesquisadora explora formas de mitigar o problema de *free-riding* - similar ao exemplo do projeto acima – em times de função cruzada (que atuam em tarefas não-rotineiras de diferentes unidades ou centros de responsabilidade), o qual surge dada a falta de alinhamento de incentivos entre os diferentes membros do time. Em uma versão modificada do jogo dos bens públicos, a pesquisadora manipula a estrutura de reporte contábil (reporte contábil a nível de unidade x reporte contábil a nível de processo) e a estrutura dos times (times distribuídos x times próximos). Os resultados mostram que a interação entre o reporte contábil a nível de processo e a estrutura de times próximos induzem a uma lógica de grupo, que induz ao comportamento coletivo em detrimento do individual. Nesse contexto, o aumento do

¹ A ideia do egoísmo para os jogos experimentais deve ser interpretada tal qual o relacionamento entre agente e principal, ou seja, em que o agente possui interesses próprios diferentes do principal e não como um juízo de valor acerca da personalidade do indivíduo.

desempenho dos times é uma função inversamente proporcional ao fenômeno de *free-riding*, ou seja, as mudanças advindas das manipulações fazem com que os indivíduos se comportem de forma coletiva.

Em suma, diferentemente dos cenários experimentais, os experimentos em contabilidade que utilizam jogos experimentais modificados pautam-se na investigação de fenômenos que caibam na Teoria dos Jogos. Ou seja, utilizam-se da lógica das escolhas racionais e dos modelos dos jogos com suas avaliações de maximização de resultados individuais ou coletivos para aplicação de suas teorias. Perceba que, no caso dos jogos experimentais, o contexto e as intervenções são mais abstratas, dando-se de forma mais simplificada. Com isso, garante-se a validade interna do experimento, dado o maior controle do contexto, que não permite muitas adições que causem possíveis ruídos.

2.2 Tipos de pesquisa: foco econômico ou foco comportamental/cognitivo

A discussão entre realismo mundano e realismo experimental interliga-se às discussões entre pesquisadores da comunidade de economia experimental e da comunidade de psicologia. No caso das pesquisas contábeis, vemos essa mesma discussão entre essas diferentes comunidades no tocante ao desenvolvimento do experimento. Apesar de pouco documentadas, essas discussões são comuns em seminários, congressos e discussões informais acerca de trabalhos acadêmicos em desenvolvimento. Esse racional é corroborado por Haynes & Kachelmeier (1998), os quais afirmam que pesquisadores de economia experimental tendem a classificar os cenários experimentais como muito confusos, enquanto os pesquisadores de psicologia classificam os jogos experimentais como abstratos demais.

Em pesquisas contábeis, frequentemente, vemos discussões similares entre pesquisadores que focam sua pesquisa em teorias econômicas ou teorias psicológicas, em que os estímulos instigados são diferentes (Libby, Bloomfield, & Nelson, 2002). Nesse sentido, o caráter menos contextual das teorias econômicas torna a preocupação com o realismo experimental dominante, se não única (Libby et al., 2002; Swieringa & Weick, 2016).

Por exemplo, a Teoria da Agência possui premissas da teoria econômica clássica, que avalia o homem como um indivíduo racional (“*homo economicus*”), capaz de buscar maximizar seus ganhos em cada escolha (Jensen & Meckling, 1976), o que facilita sua adequação a diferentes desenhos experimentais. Em termos práticos, é comum que pesquisas contábeis que abordam teorias econômicas utilizem jogos adaptados como tarefas experimentais, como o jogo do ditador, tal qual visto no estudo de Ham, Lang, Seybert, e Wang (2017), o jogo dos bens públicos, como visto no trabalho de Tayler e Bloomfield (2011) e o dilema do prisioneiro, conforme visto no estudo de Grasser, Majerczyk, Staehle, e Sydney (2021), ao invés de utilizarem cenários experimentais.

Já os cenários experimentais focam-se em trazer aspectos contextuais que possam emular estímulos comportamentais/cognitivos que são necessários para diversos tipos de pesquisas contábeis, visto que, provavelmente, a respondente não conseguiria ser estimulada da mesma forma em um jogo (Libby et al., 2002). Assim, estudos que necessitam de conhecimentos específicos ou que foquem nas diferentes motivações da respondente, como auditores ou investidores, podem ser mais interessantes quando da utilização de cenários experimentais, dado o seu caráter mais realista.

Por exemplo, o estudo de Austin, Bobek, & Harris (2020) investiga o papel do *disclosure* voluntário da diferença média salarial de gênero na propensão de investimento da respondente utilizando um cenário de uma divulgação de resultado de uma empresa fictícia com *disclosure* voluntário (sem diferença salarial versus com diferença salarial versus controle). Nesse estudo, requeria-se da respondente um conhecimento médio sobre investimentos e seu histórico e propensão de investir futuramente.

Ressalta-se que, majoritariamente, ainda que os estudos contábeis se foquem em teorias econômicas, as explicações para os fenômenos contam com perspectivas comportamentais/cognitivas. Nesse caso, pode-se averiguar que toda a literatura de folga orçamentária, por exemplo, envolve a utilização de duas ou mais teorias, sendo uma econômica e outra(s) comportamental(is). Como visto no estudo de Church, Kuang, & Yuebing (2019), em que os autores alinham a perspectiva de ganho de utilidade marginal (teoria econômica clássica) dos gerentes ao criar a folga orçamentária às contrições morais da auto-regulação (teoria psicológica cognitiva). Ainda, utilizam a tarefa experimental validada por Evans, Hannan, Krishnan, & Moser (2001) e tantos outros trabalhos que se seguiram, a qual simula um relacionamento entre gerente e companhia na construção e reporte de um orçamento. Com isso, percebe-se que, dado o caráter prático da pesquisa contábil, pode existir a necessidade de se aliar, com cautela, o realismo experimental e o realismo mundano.

3 CENÁRIOS EXPERIMENTAIS OU VIGNETTES NA PRÁTICA: PONTOS DE DESTAQUE QUANTO AO DESENVOLVIMENTO

Como em qualquer desenho experimental, os cenários experimentais tem como objetivo primordial testar relações de causalidade entre variáveis (Shadish et al., 2002). Ou seja, a pesquisadora, ao manipular uma variável independente x de forma a eliminar possíveis fatores de confusão/confundidores, estabelece uma relação causal entre essa variável e uma variável dependente y (Lonati et al., 2018).

O **primeiro ponto de destaque** é que, tanto no caso dos cenários como em todo desenho experimental, deve-se garantir que a única mudança no experimento sejam as manipulações das variáveis independentes (juntamente à randomização dos participantes), de forma a garantir sua validade interna (Shadish et al., 2002). Em termos práticos, para o cenário experimental, isso significa que a pesquisadora deve planejar a parte do cenário que permanecerá constante a todas as condições e manipular, seja entre-participantes ou intra-participantes, somente as variáveis independentes (Aguinis & Bradley, 2014; Kadous & Zhou, 2016).

Por exemplo, Bonner, Clor-Proell, & Koonce (2014) utilizam uma série de experimentos com manipulações entre-participantes e intra-participantes para avaliar os efeitos da contabilidade mental (Thaler, 1999) (a) na escolha da agregação/desagregação de itens da demonstração de resultados pelos gerentes e, (b) na avaliação das empresas pelos investidores diante da agregação/desagregação dos itens. Nos experimentos um, dois e três os participantes assumem o papel do *Chief Financial Officer* (CFO) de uma empresa fictícia e devem escolher entre agregar ou desagregar itens (intra-participantes) diante de um resultado financeiro positivo ou negativo (entre-participantes).

As avaliações para a escolha entre agregar ou desagregar os itens são dependentes das condições apresentadas no experimento um (condição de pequenos ganhos versus condição de grandes perdas), no experimento dois (condição de grandes ganhos versus condição de pequenas perdas) e experimento três (condição de transparência alta versus condição de transparência extremamente alta). Já no experimento quatro, os participantes assumem o papel de investidor em que devem escolher entre duas companhias, que apresentam seus resultados de forma agregada ou desagregada (intra-participantes), para realizar seus investimentos. Adicionalmente, os participantes-investidores recebem manipulações acerca dos resultados financeiros das empresas (entre-participantes).

Em suma, no que concerne as diferenças de cenários e as manipulações, o trabalho de Bonner et al. (2014) mantém os cenários apresentados aos participantes constantes, em que todas as informações permanecem iguais, independentes da condição a qual a participante é alocado, alterando-se somente as informações pertinentes a cada condição intra-participantes e entre-participantes.

O **segundo ponto de destaque** é acerca dos participantes utilizados no experimento, principalmente no caso dos cenários experimentais. Existe uma discussão bastante recorrente acerca de quem devem ser os participantes dos estudos experimentais (Ashton & Kramer, 2006; Trottier & Gordon, 2018). É comum que estudantes, por exemplo, sejam utilizados pelos pesquisadores para a pesquisa experimental, inclusive para os cenários experimentais (Ashton & Kramer, 2006). Os motivos para a escolha são claros: a disponibilidade de estudantes é maior do que de auditores, contadores ou gerentes e sua responsividade ao teste das teorias pesquisadas tende a evitar elementos confundidores à pesquisa (como diferentes experiências que levam a interpretações distintas, por exemplo) (Libby et al., 2002; Mortensen, Fisher, & Wines, 2012).

Existe um certo consenso acerca dos contextos em que a utilização de estudantes-participantes é possível, como para a investigação de respostas comportamentais (tomada de decisão), que focam em respostas concernentes à situação apresentada (seja um cenário experimental ou um jogo experimental) (Mortensen et al., 2012). Ainda, estudos como o de Houghton & Hronsky (1993) demonstram empiricamente a comparabilidade cognitiva entre grupos de estudantes e de práticos de contabilidade. Adicionalmente, Liyanarachchi & Milne (2005) também encontraram resultados similares entre comportamentos de estudantes e de investidores quanto ao padrão de alocação de recursos em investimentos de curto e longo prazo de estudos. Na mesma linha, Elliott, Hodge e Kennedy (2007) encontram resultados que asseveram o uso de estudantes de MBA como uma boa proxy para investidores individuais quando a complexidade da tarefa é adequada para o conhecimento dos estudantes. Por fim, Trottier & Gordon (2018) também encontram resultados demonstrando que estudantes tomam decisões similares a gerentes acerca de avaliações de impairment de ativos.

Todavia, alguns cuidados e preocupações precisam ser tomados ao utilizar estudantes de forma indiscriminada para pesquisas. Como, por exemplo, quando o interesse de pesquisa foca-se em atitudes (antecedentes de comportamento), o cenário experimental pode não ser suficiente para emular a situação desejada para estudantes (Mortensen et al., 2012). Assim, é necessário que a pesquisadora avalie o quanto de conhecimento é necessário para a interpretação e avaliação correta do cenário experimental (Libby et al., 2002; Liyanarachchi, 2007).

Estudos como o de Kadous, Proell, Rich, & Zhou (2019) utilizaram três experimentos para averiguar os efeitos de motivação intrínseca, ênfase de liderança nas metas e ambiguidade da questão de auditoria na possibilidade do membro do time de auditoria endereçar suas preocupações (“*speak up*”) sobre questões de auditoria, mais especificamente, problemas que possam prejudicar uma auditoria eficaz. Os autores adotam diferentes amostras para os três experimentos, avaliando o conhecimento necessário para que a participante seja válido para as relações entre as variáveis. No primeiro experimento, para avaliar os efeitos da motivação intrínseca (interna versus externa versus controle), os autores utilizam alunos de graduação (seniores) e pós-graduação que tinham pelo menos um ano de experiência como estagiários de auditoria pública e que majoritariamente tinham aceitado empregos em firmas de auditoria. Esses alunos serviram como *proxy* para *staff auditors*, visto que possuíam o conhecimento necessário para o desempenho das mesmas tarefas desses auditores.

Perceba que os autores utilizam uma variável cognitiva (motivação intrínseca) para averiguar uma pergunta de pesquisa que depende do conhecimento formal da participante quanto a essas questões de auditoria. Nessa instância, a amostra de participantes é suficiente para que se garanta a compreensibilidade do caso apresentado, uma vez que todos já haviam realizado tarefas semelhantes.

Adicionalmente, o estudo de Aguiar & Suave (2021), que aborda as preferências dos gerentes por agregação de informações em reportes internos de resultados diante do resultado do reporte interno (ganhos x perdas) e o propósito do relatório (revisão de metas x avaliação de

desempenho). Os autores explicam que por utilizarem a teoria da contabilidade mental (Thaler, 1999) para explicar as relações entre as variáveis, que consiste em uma teoria cognitiva, não há necessidade de uma amostra sofisticada (com profissionais). Alinhando-se às recomendações de Libby et al. (2002).

Por fim, é necessário avaliar outros pontos que podem influenciar a escolha dos participantes, como o conhecimento adquirido por meio de experiência (Mortensen et al., 2012). Os experimentos dois e três do estudo de Kadous et al. (2019) utilizam *staff auditors* de uma empresa de auditoria visto a necessidade de que os participantes possuam experiências com auditores seniores como supervisores de forma a emular o comportamento da participante na mudança de ênfase da liderança (focada em metas intrínsecas versus focada em metas extrínsecas). Adicionalmente, elementos como idade, cultura e gênero também devem ser observados na escolha de participantes quando existe uma ênfase da pesquisadora para esses elementos (Trottier & Gordon, 2018).

O **terceiro ponto de destaque** é a preocupação com o viés de desejabilidade social (Eckerd et al., 2021; Lonati et al., 2018). O viés de desejabilidade social (*social desirability bias*) está alinhado à tendência humana de querer parecer mais altruísta, mais inteligente, mais honesto, dentre outros adjetivos (Trochim, Donnelly, & Arora, 2016, p. 139). Ainda, o viés de desejabilidade social pode ser uma característica da personalidade do indivíduo, em que existe uma necessidade de aprovação social, ou uma resposta a um tema/tópico, fundamentado na questão mais específica à pesquisa (Randall & Fernandes, 1991). Apesar das diferenças das fontes de desejabilidade, a literatura aponta maneiras similares de lidar com o viés.

Apesar de não ser exclusivo para a pesquisa contábil, a pesquisadora da área deve se preocupar com esse viés dada a característica de muitas pesquisas em avaliar a tomada de decisão em contextos éticos/antiéticos e honestos/desonestos (Chung & Monroe, 2003). Em termos práticos, o viés de desejabilidade social pode afetar a forma como a participante se vê e, por consequência, como ele responde acerca de seu comportamento ou intenção de comportamento (Wason et al., 2002). Ou seja, é necessário que a pesquisadora busque maneiras de mitigar o problema para que possa garantir que seus resultados não foram afetados pelo viés da participante ao responder o cenário experimental. As possibilidades para lidar com o problema não são excludentes, podendo ser utilizadas simultaneamente.

A primeira providência possível para reduzir o viés de desejabilidade social é garantir aa participante a anonimidade da pesquisa. Pesquisas mostram que o nível de viés de desejabilidade social é inversamente proporcional à anonimidade da pesquisa (Nederhof, 1985). A pesquisadora deve, portanto, garantir aa participante que suas respostas serão anonimadas, que a identificação da participante será impossível e que o caso é fictício ou hipotético. Esses cuidados trazem maior garantia aa participante da falta de relação entre o caso com situações pessoais ou consequências reais (Randall & Fernandes, 1991). Alguns pesquisadores também argumentam acerca da possibilidade de “disfarçar” o propósito do estudo deixando-o mais genérico (Larson, 2019), por exemplo, explicando que o objetivo do estudo é inquirir sobre a tomada de decisão em organizações. A pesquisadora, todavia, deve tomar cuidado para não mentir aa participante, dado que o ato é, no mínimo, mal visto pelos comitês de ética de pesquisa (Eckerd et al., 2021).

Outra possibilidade para dirimir o viés de desejabilidade social envolve a decisão da pesquisadora quanto à construção do cenário experimental em primeira pessoa ou terceira pessoa do ponto de vista da participante, ou de forma direta e indireta, respectivamente. Pesquisas mostram que indivíduos tendem a acreditar que são mais éticos do que seus colegas (Randall & Fernandes, 1991). Isso faz com que perguntas de auto-reporte (em primeira pessoa) sejam passíveis de questionamento quanto à confiabilidade dos dados, uma vez que a participante pode estar sujeito ao viés de desejabilidade social. Ou seja, a participante pode

acreditar, ao responder, que teria atitudes mais éticas e/ou honestas comparando-se às suas atitudes em uma situação similar real.

Assim, é comum que muitos pesquisadores escrevam o cenário experimental e inquiram a participante acerca do comportamento de forma indireta, especificamente na terceira pessoa (Fisher, 1993; Wason et al., 2002). Por exemplo, ao invés de formular o cenário pedindo aa participante que assuma o papel de um gerente, como no trabalho de Johnson, Fleischman, Valentine, & Walker (2012), a pesquisadora pode pedir aa participante que imagine um ou uma gerente na mesma situação. Alguns pesquisadores, ao criar o cenário e inquirir a participante em primeira pessoa também adicionam uma segunda mensuração da variável dependente questionando a participante sobre como ele imagina que outras pessoas na situação se comportariam, como visto em Murphy, Wynes, Hahn, & Devine (2019).

Outra forma de mitigar a possibilidade de viés de deseabilidade social é trazer consequências reais à decisão da participante (Lonati et al., 2018). Por exemplo, em Church, Jiang, Kuang, & Vitalis (2019), os participantes assumem o papel de um gerente de divisão que precisa tomar uma decisão acerca de investimentos relacionados a aspectos de *Corporate Social Responsibility* (CSR). Diante da manipulação da base da mensuração do investimento (financeira versus não-financeira) e da mensuração da norma pessoal da participante acerca de CSR (apoiador versus não-apoiador), os autores capturam o comportamento do mesmo ao fazê-lo sofrer uma consequência econômica real conforme seu investimento. No cenário, a gerente possui fundos discricionários que podem ser gastos (\$0 - \$1000) para que se plantem árvores. De forma a operacionalizar consequências econômicas reais, os autores estabeleceram aos participantes que 1% do valor dos investimentos para o plantio de árvores seria doado a uma Organização Não-Governamental (ONG) que se dedicasse a esse fim e que 1% de todo o valor que não fosse investido no plantio seria dado aa participante no final do experimento.

Por fim, uma outra possível forma de averiguar o viés de deseabilidade social é mensurar esse efeito por meio de alguma escala. Isso acontece em Johnson et al. (2012), mencionado anteriormente, que utilizaram a escala de Strahan & Gerbasi (1972), a qual é uma versão reduzida da escala de Marlowe-Crowne (Crowne & Marlowe, 1960). A utilização da escala de deseabilidade social alinha-se também a possibilidade da deseabilidade ser uma característica da respondente e não necessariamente um viés quanto ao tema da pesquisadora (Randall & Fernandes, 1991). Na prática, a mensuração pela escala permite a utilização do resultado como variável de controle para os resultados da pesquisadora.

O **quarto ponto de destaque** é a escolha entre inquirir acerca de um comportamento real da participante ou de uma intenção de comportamento. Diferentemente dos jogos experimentais, que avaliam as atitudes da participante diante das intervenções, o cenário experimental frequentemente avalia intenções de comportamento (Wason et al., 2002). Isso significa que a pesquisadora pergunta aa participante qual sua intenção, dadas as intervenções do experimento, em engajar em algum tipo de comportamento. Como visto em Austin et al. (2020), as quais averiguavam a intenção da participante em investir um valor hipotético entre \$0 - \$10.000 na ação da empresa apresentada.

É importante compreender que a maioria dos cenários experimentais utiliza a mensuração de intenções ou atitude, diante da impossibilidade de aferir consequências reais aa participante (Eckerd et al., 2021). Todavia, o código de ética de pesquisa brasileiro não permite que os participantes sejam remunerados pela sua participação em qualquer tipo de estudo (inclusive os experimentos em ciências sociais/sociais-aplicadas) visto que se pauta na Resolução nº 466 de 2012 do Ministério da Saúde. Essa imposição torna mais difícil para a pesquisadora utilizar estudos em que os participantes tenham uma remuneração pela participação ou uma remuneração variável dependente do seu comportamento no experimento. Dessa forma, a utilização da intenção como medida para a variável dependente pode ser uma boa alternativa.

O **quinto ponto de destaque** é sobre onde buscar o pool de participantes desejados para a pesquisa. Ou seja, quem são os participantes que responderão à pesquisa. A escolha do pool de participantes interliga-se a uma série de avaliações posteriores como a possibilidade da pesquisadora administrar pessoalmente o experimento ou fazê-lo online, e, se precisará de contatos dos participantes ou se utilizará plataformas de crowdsourcing de pesquisa para aplicação do experimento (ex. MTurk, Prolific.ac, LinkedIn, etc). Em suma, a pesquisadora deve avaliar: a disponibilidade e os custos para a realização da pesquisa.

Diante disso, dada a possibilidade de utilização de estudantes de graduação ou pós-graduação, conforme visto no segundo ponto de destaque, é comum que pesquisadores conduzam seus experimentos em laboratórios ou em sala de aula. Laboratórios experimentais para as áreas de pesquisas sociais aplicadas, sociais e humanas são bem diferentes dos laboratórios utilizados para pesquisas das áreas de biológicas, com os instrumentos, jalecos e materiais necessários. Na prática, o laboratório experimental para ciências sociais aplicadas é uma sala com vários computadores, que possam ser acessados pela pesquisadora e que tenham uma distância que permita que a pesquisadora consiga observar os participantes enquanto participam do experimento e para que os próprios participantes não “espiem” o computador ao lado (geralmente dividem-se os participantes em baias individuais).

O uso de estudantes também permite que a pesquisadora aplique o experimento em sala de aula, com alunos de cursos de graduação, mestrado ou MBA. Esses experimentos são frequentemente feitos à mão, com o cenário experimental impresso em papel. Novamente, é importante garantir a distância dos participantes para que não haja nenhum contato ou conversa durante a condução do estudo. Nesse caso, a pesquisadora também se mantém na sala durante a aplicação do experimento e, ao final, recolhe os resultados de todos. Ambos os experimentos, no laboratório experimental e na sala de aula, conseguem garantir maior validade interna dado o controle da pesquisadora durante a condução, impedindo que os participantes conversem entre si ou que “espiem” o que o colega está respondendo (Bloomfield, Nelson, & Soltes, 2016; Lourenço, 2019).

Dito isso, um aspecto importante da pesquisa com cenários experimentais é que, independente da onde o experimento está sendo conduzido, seja no espaço físico do laboratório, em sala de aula, ou online, considera-se todo cenário experimental como um experimento de laboratório (Bloomfield et al., 2016). Apesar de pesquisadores como Floyd e List (2016) classificarem qualquer experimento que não envolva uma amostra de estudantes como experimentos de campo ou experimento *artefactual*, a classificação do experimento envolve como o contexto foi definido e não a sua amostra (Bloomfield et al., 2016). Dessa forma, qualquer cenário experimental, o qual foi desenvolvido por um pesquisador, é classificado como de laboratório².

Caso a pesquisadora necessite de participantes especialistas como auditoras, investidores ou controllers, o experimento conduzido em sala de aula e laboratório se tornam mais complicados devido a pouca disponibilidade de tempo desses profissionais. Assim, o mais comum é que a pesquisadora busque em redes sociais ou plataformas de crowdsourcing por profissionais que tenham características que se enquadrem nas suas necessidades de pesquisa. Trabalhos como o de Brandon, Long, Loraas, Mueller, e Vansant (2014) citam as redes sociais como Twitter, Facebook e LinkedIn como formas de distribuição para o estudo experimental, todavia, pela mesma lógica, a busca por participantes que se enquadrem em especificações da pesquisadora também pode se dar pelas mesmas redes sociais. O LinkedIn, por exemplo, pode

² Outro aspecto que diferencia o experimento de laboratório do de campo é a ciência dos participantes quanto a participação no experimento. Diferentemente do primeiro, que exige um termo de livre consentimento esclarecido antes do início do estudo, o segundo não conta com a ciência dos participantes quanto à sua participação. Os trabalhos de Bloomfield et al. (2016) e Lourenço (2019) trazem maiores especificidades acerca da condução dos experimentos de campo.

ser uma ferramenta útil para a procura de participantes profissionais, com a ressalva de que existe uma demanda de tempo considerável para coletar os contatos, contatá-los e garantir que participem da pesquisa. Ainda, a pesquisadora deve confiar nos participantes para que respondam com atenção e pessoalmente a pesquisa, perdendo, dessa forma, o controle do experimento e, por consequência, parte da validade interna.

Adicionalmente, é também comum que pesquisadores utilizem plataformas de crowdsourcing como Amazon Mechanical Turk (MTurk)³ e Prolific.ac⁴ para aplicação de suas pesquisas (Aguinis & Ramani, 2021). Na prática, milhares de pessoas tem a possibilidade de se cadastrar nas plataformas, provendo informações pessoais no cadastramento, como: idade, gênero, escolaridade, profissão, nacionalidade e uma série de informações mais específicas como: se trabalha com mais pessoas, se trabalha em regime de *home office* e inclinações políticas, além de outras informações. Com isso, a pesquisadora pode selecionar, antes da realização do estudo, o pool específico para o qual deseja disponibilizar sua pesquisa. Essa grande quantidade de pessoas cadastradas nas plataformas tem benefícios como a facilidade de acesso e rapidez da coleta de dados (Aguinis & Ramani, 2021). Todavia, esses benefícios possuem um custo considerável, visto que o pagamento dos participantes é em dólares, no caso do MTurk ou em libras esterlinas, no caso do Prolific.ac.

Outro ponto negativo é a confiabilidade dos dados. No caso do MTurk, participantes podem responder a pesquisa sem atenção de forma a maximizar seus resultados, podem mentir acerca de detalhes demográficos, podem não ter fluência suficiente de inglês para entender o cenário experimental e podem ter tido contato com cenários similares ao apresentado anteriormente (Aguinis & Ramani, 2021). Os mesmos problemas também são comuns ao Prolific. Todavia, por consistir em uma plataforma mais voltada à pesquisa e pelo menor volume de estudos disponibilizados diariamente, é menos provável que os participantes estejam utilizando a plataforma como um meio de obter uma remuneração.

Estudos como o de Peer, Brandimarte, Samat, e Acquisti (2017) e Peer, Rothschild, Evernden, Gordon, e Damer (2021) avaliam as diferenças entre as plataformas Amazon MTurk, CloudResearch e Prolific. Os pesquisadores encontraram resultados que corroboram a superioridade do Prolific e da CloudResearch diante do MTurk quanto à qualidade dos dados, melhor taxa de resposta e menos desonestidade.

Na prática, a pesquisadora pode utilizar algumas premissas na escolha dos participantes dessas plataformas para garantir respostas de maior qualidade. Em relação ao problema de falsa identidade ou problemas de fluência em inglês, a pesquisadora pode elaborar perguntas que garantam a filtragem da participante e, posteriormente, convidar somente os participantes aprovados para um estudo específico (Aguinis & Ramani, 2021). Uma outra possibilidade consiste na utilização das mesmas perguntas como validação para a participante e eliminar do estudo os participantes que não acertarem as questões, em uma espécie de *check* de confirmação quanto às informações da participante. Por fim, dentro das plataformas existem alguns índices que podem ser válidos para os pesquisadores como os índices de aprovação dos participantes (*approval rate*) que, tanto para o MTurk quanto para o Prolific são ferramentas de filtragem para a determinação dos participantes do estudo.

4 APLICABILIDADE NAS PESQUISAS CONTÁBEIS E PERSPECTIVAS DE PESQUISAS FUTURAS

Os cenários experimentais são amplamente utilizados em pesquisas de contabilidade financeira, contabilidade gerencial e de auditoria. A separação entre essas três áreas de pesquisa

³ Disponível em: <https://www.mturk.com/>

⁴ Disponível em: <https://www.prolific.co/>

visa garantir que os papéis assumidos pela participante se alinhem. Dessa forma, na área de contabilidade financeira, a participante assume o papel de investidora. Na área de contabilidade gerencial vemos a participante tomando decisões assumindo um papel de gerente ou funcionária de uma empresa. E, por fim, na área de auditoria assume o papel de auditora.

4.1. Contabilidade Financeira

O uso de cenários experimentais em pesquisas de contabilidade financeira pode ser adequado para temas emergentes como tópicos de *Environmental, Social, and Corporate Governance* (ESG) e *Corporate Social Responsibility* (CSR) que foquem na percepção da investidora diante das informações disponibilizadas pelas empresas. Por exemplo, como mencionado anteriormente, Austin et al. (2021) trazem o *disclosure* voluntário de informações acerca da diferença salarial média de gênero na perspectiva de probabilidade de investimento da investidora. Todavia, alguns países, como Reino Unido e Dinamarca tornaram o *disclosure* dessa informação obrigatório para as empresas (Bennedsen, Simintzi, Tsoutsoura, & Wolfenzon, 2018). Essa diferença de percepção do investidor, diante do *disclosure* voluntário, em que a informação é uma forma de propaganda da empresa ou de *disclosure* obrigatório, em que o investidor enxerga a informação de outra perspectiva pode ser uma aposta interessante a ser explorada em um cenário experimental. Visto que, o cenário permite a pesquisadora explicar as diferentes modalidades (voluntária ou obrigatória) nas quais essa informação foi inserida.

Pensando-se em outras temáticas consistentes com a parte social do ESG, discussões acerca da relação de compensação de CEOs e métricas de ESG, principalmente referente à média salarial dos funcionários tornaram-se frequentes durante a pandemia (Sozzi, 2021) e podem ser exploradas em cenários experimentais. A possibilidade de introduzir manipulações que capturem as diferenças de percepções da investidora trazem benefícios para a pesquisa na área, por possibilitar a averiguação de causalidade entre a percepção da investidora e esse tipo mudança na compensação. Ainda, podem auxiliar as empresas que buscam respostas acerca desse tipo de mudança, sem correr o risco da empresa alterar políticas de compensação “às cegas”.

Outro tema emergente, relacionado a ESG e CSR, e que pode se beneficiar de uma abordagem experimental por meio dos cenários experimentais é a discussão acerca de *greenwashing*. Com o crescente interesse dos investidores acerca de fatores de ESG em seus investimentos, surgem também os problemas associados a falsa representação das informações divulgadas pelas empresas, fazendo com que os produtos ou serviços oferecidos pelas empresas pareçam mais sustentáveis do que na verdade o são (Constable, 2020; Yu, Luu, & Huirong, 2020). Dada a ciência dos investidores quanto a esse tipo de estratégias, pesquisas com cenários experimentais que avaliem como as empresas podem garantir maior confiabilidade dessas informações tornam-se interessantes para os possíveis investidores e para a própria empresa, de forma a não sofrer futuras represálias do mercado.

4.2 Contabilidade Gerencial

Na área de contabilidade gerencial, o uso de cenários experimentais pode ser interessante para a exploração de novas modalidades de trabalho nas organizações como as que ficaram mais evidentes durante a pandemia de COVID-19, como o trabalho remoto e trabalho híbrido. Adicionalmente, cenários experimentais também podem ser interessantes na exploração das relações de controles informais, principalmente na investigação da interação entre esses controles. .

A pandemia de COVID-19 fez com que muitas empresas se adaptassem a novas modalidades de trabalho, como a migração para trabalho remoto e, posteriormente, a transição

para o trabalho híbrido. Os diversos estudos conduzidos durante esse período mostram uma maior percepção dos funcionários acerca de monitoramento, sentimentos de falta de confiança e uma necessidade crescente de “serem vistos” pela gerência (Delfino & van der Kolk, 2021; Hafermalz, 2020; van Triest, 2021). Cenários experimentais são úteis para investigação dessas variáveis em novas modalidades de trabalho dado que permitem aos pesquisadores averiguarem relações de causalidade entre os diferentes aspectos do trabalho remoto como maior comunicação entre gerente e funcionários e sentimentos de falta de confiança, por exemplo. Os cenários experimentais, nesse caso, garantem maior controle ao pesquisador, dada à natureza do trabalho remoto.

Adicionalmente, vemos, na prática, a utilização de diversos controles informais pelas empresas, como missão, visão, valores e propósitos organizacionais, todavia, a investigação dos efeitos das interações dessas variáveis ainda é limitada na literatura. Apesar do uso conjunto de controles formais e informais, é importante que experimentos investiguem a interação entre diferentes tipos de controle separadamente (Choi, 2020). Ainda, dada a natureza dos cenários experimentais, é possível emular uma série de combinações entre diferentes tipos de controle e seus efeitos na variável de interesse à pesquisadora. Por fim, do ponto de vista prático, é importante que os pesquisadores investiguem esses efeitos dada a possibilidade de que a interação entre controles informais podem ser complementares, substitutos, ou podem ter efeitos independentes (Bedford, 2020).

4.3 Auditoria

Na área de auditoria, é comum que investiguem-se os fenômenos utilizando-se auditores como amostra, o que torna o uso do cenário experimental, e até do experimento, mais complicado dada a falta de disponibilidade desses profissionais. Todavia, alguns tópicos que focam em fenômenos cognitivos e não comportamentais são possíveis de serem explorados com estudantes que possuam conhecimento de contabilidade, por exemplo, o que facilita a pesquisa na área. Variáveis cognitivas como motivações intrínsecas e mindset e seu papel na qualidade da auditoria são interessantes e possíveis de serem explorados em cenários experimentais, como visto em (Kadous et al., 2019).

Ainda, quando for possível aos pesquisadores a utilização de uma amostra com auditores, a exploração, por meio de cenários experimentais, acerca do conflito do auditor visto em Blum, Hatfield, e Houston (2021) quanto à sua eficiência, que o beneficia em termos de reputação e a qualidade da auditoria são interessantes de serem explorados. Nesse caso, os cenários experimentais podem ser úteis dado o conflito claro de avaliação da eficiência do ponto de vista das empresas de auditoria e do que é eficiência do ponto de vista do cliente. Assim, criam-se possíveis situações sem consequências reais às empresas ou aos auditores, para que se averiguem os efeitos da preocupação da reputação pautada em eficiência e não em qualidade de auditoria.

CONCLUSÃO

O principal objetivo desse trabalho consiste na exposição da utilização dos cenários experimentais como método de pesquisa para os pesquisadores contábeis brasileiros. Apesar da crescente utilização do método em pesquisas internacionais, em contabilidade e outras áreas, o desenvolvimento de pesquisas no contexto brasileiro utilizando o método experimental mostra-se pouco substancial, principalmente com cenários experimentais. Os cenários podem ser úteis do ponto de vista do teste de causalidade entre variáveis, o que beneficia a literatura e a prática. Ainda, dada o caráter experimental, os cenários garantem a validade interna do estudo, e, graças

às suas características mais realistas, extrapolam as teorias encontradas nos estudos, garantindo maior validade externa do que um jogo experimental, por exemplo.

É importante, todavia, que a pesquisadora tome alguns cuidados no desenvolvimento do cenário experimental quanto a introdução das manipulações, escolha dos participantes, preocupações com viés de desejabilidade social, aferição de comportamento ou intenção como variável dependente, e, por fim, onde buscar o seu pool de participantes. Todos esses cuidados devem ser avaliados pelos pesquisadores de acordo com a temática de seus estudos e sua disponibilidade de recursos.

Por fim, sugerem-se alguns possíveis temas de pesquisas futuras com o desenvolvimento de cenários experimentais. Para contabilidade financeira, sugere-se a exploração de temas concernentes a ESG e CSR. Para contabilidade gerencial, sugere-se a exploração da interação entre controles informais e tópicos ligados às mudanças organizacionais causadas pelas novas modalidades de trabalho. Por fim, para auditoria, sugerem-se a exploração de fenômenos cognitivos, que possam afetar a qualidade da auditoria e a temática de reputação focada em eficiência ou em qualidade.

REFERÊNCIAS

- Aguiar, A. B. (2017). Pesquisa Experimental Em Contabilidade: Propósito, Desenho E Execução. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 10(2), 224–244. <https://doi.org/10.14392/asaa.2017100206>
- Aguiar, A. B. de, & Suave, R. (2021). Managers ' presentation preferences for aggregation : The role of internal reporting outcome , purpose , and Machiavellianism. *Spanish Journal of Finance and Accounting*. <https://doi.org/10.1080/02102412.2021.1952517>
- Aguinis, H., & Bradley, K. J. (2014). Best Practice Recommendations for Designing and Implementing Experimental Vignette Methodology Studies. *Organizational Research Methods*, 17(4), 351–371. <https://doi.org/10.1177/1094428114547952>
- Aguinis, H., & Ramani, R. S. (2021). MTurk Research : Review and Recommendations. *Journal of Management*, 47(4), 823–837. <https://doi.org/10.1177/0149206320969787>
- Ashton, R. H., & Kramer, S. S. (2006). Students As Surrogates in Behavioral Accounting Research: Some Evidence. *Journal of Accounting Research*, 18(1), 1. <https://doi.org/10.2307/2490389>
- Austin, C. R., Bobek, D. D., & Harris, L. L. (2021). Does information about gender pay matter to investors? An experimental investigation. *Accounting, Organizations and Society*, 90, 101193. <https://doi.org/10.1016/j.aos.2020.101193>
- Barron, E. N. (2013). *Game Theory: An Introduction* (2nd ed.). John Wiley & Sons, Inc.
- Bedford, D. S. (2020). Conceptual and empirical issues in understanding management control combinations. *Accounting, Organizations and Society*, 86, 101187. <https://doi.org/10.1016/j.aos.2020.101187>
- Bennedson, M., Simintzi, E., Tsoutsoura, M., & Wolfenzon, D. (2018). *Do firms respond to gender pay gap transparency ? **.
- Bloomfield, R., Nelson, M. W., & Soltes, E. (2016). Gathering Data for Archival, Field, Survey, and Experimental Accounting Research. *Journal of Accountig Research*, 54(2), 341–395. <https://doi.org/10.1111/1475-679X.12104>
- Blum, E. S., Hatfield, R. C., & Houston, R. W. (2021). The Effect of Staff Auditor Reputation on Audit Quality Enhancing Actions. *The Accounting Review*.
- Bol, J. C., Kramer, S., & Maas, V. S. (2016). How control system design affects performance evaluation compression: The role of information accuracy and outcome transparency. *Accounting, Organizations and Society*, 51, 64–73. <https://doi.org/10.1016/j.aos.2016.01.001>
- Bonner, S. E., Clor-Proell, S. M., & Koonce, L. (2014). Mental Accounting and Disaggregation

- Based on the Sign and Relative Magnitude of Income Statement Items. *The Accounting Review*, 89(6), 2087–2114. <https://doi.org/10.2308/accr-50838>
- Brandon, D. M., Long, J. H., Loraas, T. M., Mueller, J. M., & Vansant, B. (2014). Online Instrument Delivery and Participant Recruitment Services: Emerging Opportunities for Behavioral Accounting Research. *Behavioral Research in Accounting*, 26(1), 1–23.
- Camerer, C. F. (1997). Progress in Behavioral Game Theory. *Journal of Economic Perspectives*, 11(4), 167–188.
- Camerer, C. F., & Ho, T. H. (2015). Behavioral Game Theory Experiments and Modeling. *Handbook of Game Theory with Economic Applications*, 4(1), 517–573. <https://doi.org/10.1016/B978-0-444-53766-9.00010-0>
- Choi, J. (Willie). (2020). Studying “and”: A perspective on studying the interdependence between management control practices. *Accounting, Organizations and Society*, 86, 101188. <https://doi.org/10.1016/j.aos.2020.101188>
- Chung, J., & Monroe, G. S. (2003). Exploring social desirability bias. *Journal of Business Ethics*, 44, 291–302.
- Church, B. K., Jiang, W., Kuang, X. (Jason), & Vitalis, A. (2019). A Dollar for a Tree or a Tree for a Dollar? The Behavioral Effects of Measurement Basis on Managers’ CSR Investment Decision. *The Accounting Review*, 94(5), 117–137.
- Church, B. K., Kuang, X. (Jason), & Yuebing, S. L. (2019). The effects of measurement basis and slack benefits on honesty in budget reporting. *Accounting, Organizations and Society*, 72, 74–84. <https://doi.org/10.1016/j.aos.2018.05.005>
- Collett, J. L., & Childs, E. (2011). Minding the gap: Meaning, affect, and the potential shortcomings of vignettes. *Social Science Research*, 40(2), 513–522. <https://doi.org/10.1016/j.ssresearch.2010.08.008>
- Constable, S. (2020). What is greenwashing? Here is what investors need to know. Retrieved from The Wall Street Journal website: https://www.wsj.com/articles/what-is-greenwashing-here-is-what-investors-need-to-know-11604881371#_=_
- Crowne, D. P., & Marlowe, D. (1960). A new scale of social desirability independent of psychopathology. *Journal of Consulting Psychology*, 24(4), 349–354. <https://doi.org/10.1037/h0047358>
- Delfino, G. F., & van der Kolk, B. (2021). Remote working , management control changes and employee responses during the COVID-19 crisis. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, (March). <https://doi.org/10.1108/AAAJ-06-2020-4657>
- Eckerd, S., DuHadway, S., Bendoly, E., Carter, C. R., & Kaufmann, L. (2021). On making experimental design choices: Discussions on the use and challenges of demand effects, incentives, deception, samples, and vignettes. *Journal of Operations Management*, 67(2), 261–275. <https://doi.org/10.1002/joom.1128>
- Elliott, W. B., Hodge, F. D., & Kennedy, J. J. (2007). *Are M . B . A . Students a Good Proxy for Nonprofessional Investors ?* (December 2014). <https://doi.org/10.2308/accr.2007.82.1.139>
- Ellison, B., & Lusk, J. L. (2018). Examining household food waste decisions: A Vignette approach. *Applied Economic Perspectives and Policy*, 40(4), 613–631. <https://doi.org/10.1093/aep/pxp059>
- Evans, J. H., Hannan, R. L., Krishnan, R., & Moser, D. V. (2001). Honesty in managerial reporting. *Accounting Review*, 76(4), 537–559. <https://doi.org/10.2308/accr.2001.76.4.537>
- Evans, S. C., Roberts, M. C., Keeley, J. W., Blossom, J. B., Amaro, C. M., Garcia, A. M., ... Reed, G. M. (2015). Vignette methodologies for studying clinicians’ decision-making: Validity, utility, and application in ICD-11 field studies. *International Journal of Clinical and Health Psychology*, 15(2), 160–170. <https://doi.org/10.1016/j.ijchp.2014.12.001>

- Finch, J. (1987). THE VIGNETTE TECHNIQUE IN SURVEY RESEARCH Author (s): Janet Finch Stable URL : <http://www.jstor.org/stable/42854387> . *Sociology*, 21(1), 105–114.
- Fisher, R. J. (1993). Social Desirability Bias and the Validity of Indirect Questioning. *Journal of Consumer Research*, 20(2), 303. <https://doi.org/10.1086/209351>
- Floyd, E., & List, J. A. (2016). Using Field Experiments in Accounting and Finance. *Journal of Accounting Research*, 54(2), 437–475. <https://doi.org/10.1111/1475-679X.12113>
- Grasser, R. A., Majerczyk, M., Staehle, M., & Sydney, U. (2021). The Benefits of Deliberative Involvement in the Design of Incomplete Feedback Systems. *Contemporary Accounting*, 00(00), 1–25. <https://doi.org/10.1111/1911-3846.12675>
- Gravetter, F. J., & Forzano, L.-A. B. (2012). *Research Methods for the Behavioral Sciences* (4th ed.). Cengage Learning.
- Hafermalz, E. (2020). Out of the Panopticon and into Exile: Visibility and control in distributed new culture organizations. *Organization Studies*, (1966). <https://doi.org/10.1177/0170840620909962>
- Ham, C., Lang, M., Seybert, N., & Wang, S. (2017). CFO Narcissism and Financial Reporting Quality. *Journal of Accounting Research*, 55(5), 1089–1135. <https://doi.org/10.1111/1475-679X.12176>
- Haynes, C. M., & Kachelmeier, S. J. (1998). The effects of accounting contexts on accounting decisions : A ... *Journal of Accounting Literature*, 17, 97–136.
- Houghton, K. A., & Hronsky, J. J. F. (1993). The Sharing of Meaning Between Accounting Students and Members of the Accounting Profession. *Accounting & Finance*, 33(2), 131–147. <https://doi.org/10.1111/j.1467-629X.1993.tb00324.x>
- Hughes, R., & Hubby, M. (2004). The construction and interpretation of vignettes in social research. *Social Work & Social Sciences Review*, 11(1), 36–51.
- Jensen, M. C., & Meckling, W. H. (1976). Theory of The Firm Managerial Behaviour, Agency Costs and Ownership structure. *Journal of Financial Economics*, 3, 305–360. Retrieved from http://uclafinance.typepad.com/main/files/jensen_76.pdf
- Johnson, E. N., Fleischman, G. M., Valentine, S., & Walker, K. B. (2012). Managers' Ethical Evaluations of Earnings Management and Its Consequences. *Contemporary Accounting Research*, 29(3), 910–927. <https://doi.org/10.1111/j.1911-3846.2011.01135.x>
- Kadous, K., Proell, C. A., Rich, J., & Zhou, Y. (2019). It Goes without Saying: The Effects of Intrinsic Motivational Orientation, Leadership Emphasis of Intrinsic Goals, and Audit Issue Ambiguity on Speaking Up. *Contemporary Accounting Research*, 36(4), 2113–2141. <https://doi.org/10.1111/1911-3846.12500>
- Kadous, K., & Zhou, Y. (Daniel). (2016). *Maximizing the Contribution of JDM-Style Experiments in Accounting*.
- Kadous, K., & Zhou, Y. (Daniel). (2019). How Does Intrinsic Motivation Improve Auditor Judgment in Complex Audit Tasks? *Contemporary Accounting Research*, 36(1), 108–131. <https://doi.org/10.1111/1911-3846.12431>
- Larson, R. B. (2019). Controlling social desirability bias. *International Journal of Market Research*, 61(5).
- Libby, R., Bloomfield, R., & Nelson, M. W. (2002). Experimental research in financial accounting. *Accounting, Organizations and Society*, 27, 775–810.
- Liyanarachchi, G. A. (2007). Feasibility of using student subjects in accounting experiments: a review. *Pacific Accounting Review*, 19(1), 47–67. <https://doi.org/10.1108/01140580710754647>
- Liyanarachchi, G. A., & Milne, M. J. (2005). Comparing the investment decisions of accounting practitioners and students: An empirical study on the adequacy of student surrogates. *Accounting Forum*, 29(2), 121–135. <https://doi.org/10.1016/j.accfor.2004.05.001>
- Lonati, S., Quiroga, B. F., Zehnder, C., & Antonakis, J. (2018). On doing relevant and rigorous

- experiments: Review and recommendations. *Journal of Operations Management*, 64(April), 19–40. <https://doi.org/10.1016/j.jom.2018.10.003>
- Lourenço, S. M. (2019). Field Experiments in Managerial Accounting Research. *Foundations and Trends® in Accounting*, 14(1), 1–72.
- McGlothlin, H., & Killen, M. (2010). On the relationship between responsibility and guilt: Antecedent appraisal or elaborated appraisal? *European Journal of Social Psychology Eur.*, 40(June 2009), 625–634. <https://doi.org/10.1002/ejsp>
- Mortensen, T., Fisher, R., & Wines, G. (2012). Students as surrogates for practicing accountants: Further evidence. *Accounting Forum*, 36(4), 251–265. <https://doi.org/10.1016/j.accfor.2012.06.003>
- Murphy, P. R., Wynes, M., Hahn, T.-A., & Devine, P. G. (2019). Why are People Honest? Internal and External Motivations to Report Honestly. *Contemporary Accounting Research*, 53(9), 1689–1699. <https://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>
- Nederhof, A. J. (1985). Methods of coping with social desirability bias : a review. *European Journal of Social Psychology*, 15(1985), 263–280.
- Onderstal, S. (2014). *Economics of Organizations and Markets*. Pearson.
- Osborne, M. J. (2000). *An Introduction to Game Theory*. Oxford University Press.
- Peer, E., Brandimarte, L., Samat, S., & Acquisti, A. (2017). Beyond the Turk : Alternative platforms for crowdsourcing behavioral research. *Journal of Experimental Social Psychology*, 70, 153–163. <https://doi.org/10.1016/j.jesp.2017.01.006>
- Peer, E., Rothschild, D., Evernden, Z., Gordon, A., & Damer, E. (2021). *Data Quality of Platforms and Panels for Online Behavioral Research Data Quality of Platforms and Panels for Online Behavioral Research*.
- Randall, D. M., & Fernandes, M. F. (1991). The Social Desirability Response Bias in Ethics Research. *Journal of Business Ethics*, 10(11), 805–817.
- Roth, A. E., & Wilson, R. B. (2019). How Market Design Emerged from Game Theory: A Mutual Interview. *Journal of Economic Perspectives*, 33(3), 118–143.
- Rowe, C. (2004). The effect of accounting report structure and team structure on performance in cross-functional teams. *Accounting Review*, 79(4), 1153–1180. <https://doi.org/10.2308/accr.2004.79.4.1153>
- Shadish, W. R. ., Cook, T., & Campbell, D. (2002). Experimental and quasi-experimental designs for generalized causal inference. In *Houghton Mifflin Company*. <https://doi.org/10.1016/j.evalprogplan.2004.01.006>
- Sozzi, B. (2021). Former Bridgewater co- CEO Eileen Murray : CEO compensation should be tied to ESG goals. Retrieved from Yahoo! Finance website: <https://finance.yahoo.com/news/former-bridgewater-co-ceo-eileen-murray-ceo-compensation-should-be-tied-to-esg-goals-122311132.html>
- Steiner, P., Atzmüller, C., & Su, D. (2017). Designing Valid and Reliable Vignette Experiments for Survey Research: A Case Study on the Fair Gender Income Gap. *Journal of Methods and Measurement in the Social Sciences*, 7(2), 52–94. <https://doi.org/10.2458/v7i2.20321>
- Stolte, J. F. (2021). *Measurement and Social Desirability Response Bias in Experimental Vignette Research*.
- Strahan, R., & Gerbasi, K. C. (1972). Short, Homogeneous versions of the Marlow-Crowne social desirability scale. *Journal of Clinical Psychology*, 20(2), 191–193.
- Suave, R., Altoé, S. M. L., & Ferreira, M. M. (2021). Pesquisas experimentais aplicadas à educação contábil: panorama atual e oportunidades no cenário brasileiro. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 18(47), 155–176. <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2021.e77682>
- Swieringa, R. J., & Weick, K. E. (2016). An Assessment of Laboratory Experiments in Accounting. *Journal of Accounting Research*, 20(1982), 56–101.

- Taylor, W. B., & Bloomfield, R. (2011). Norms, Conformity and Controls. *Journal of Accounting Research*, 46(2), 1–23. <https://doi.org/10.1111/j.1475-679X.2011.00398.x>
- Thaler, R. H. (1999). Mental Accounting Matters. *Journal of Behavioral Decision Making*, 12, 183–206.
- Trevino, L. K. (1992). Experimental Approaches to Studying Ethical-Unethical Behavior in Organizations. *Business Ethics Quarterly*, 2(2), 121–136.
- Trochim, W. M., Donnelly, J. P., & Arora, K. (2016). *Research Methods - The essential knowledge base* (2nd ed.). Cengage Learning.
- Trottier, K., & Gordon, I. M. (2018). Students as surrogates for managers: Evidence from a replicated experiment. *Canadian Journal of Administrative Sciences*, 35(1), 146–161. <https://doi.org/10.1002/cjas.1377>
- Tucker, A. W. (1983). The Mathematics of Tucker: A Sampler. *The Two-Year College Mathematics Journal*, 14(3), 228–232.
- van Triest, S. P. (2021). *Business as usual: working from home during the pandemic did not lead to large changes in employee-level management control*.
- Von Neumann, J., & Morgenstern, O. (2004). *Theory of games and economic behavior* (6th ed.). Princeton, New Jersey: Princeton University Press.
- Wason, K. D., Polonsky, M. J., & Hyman, M. R. (2002). Designing vignette research in marketing. *Australasian Marketing Journal*, 10(3), 41–58.
- Yu, E. P., Luu, B. Van, & Huirong, C. (2020). Greenwashing in environmental , social and governance disclosures. *Research in International Business and Finance*, 52, 101192. <https://doi.org/10.1016/j.ribaf.2020.101192>